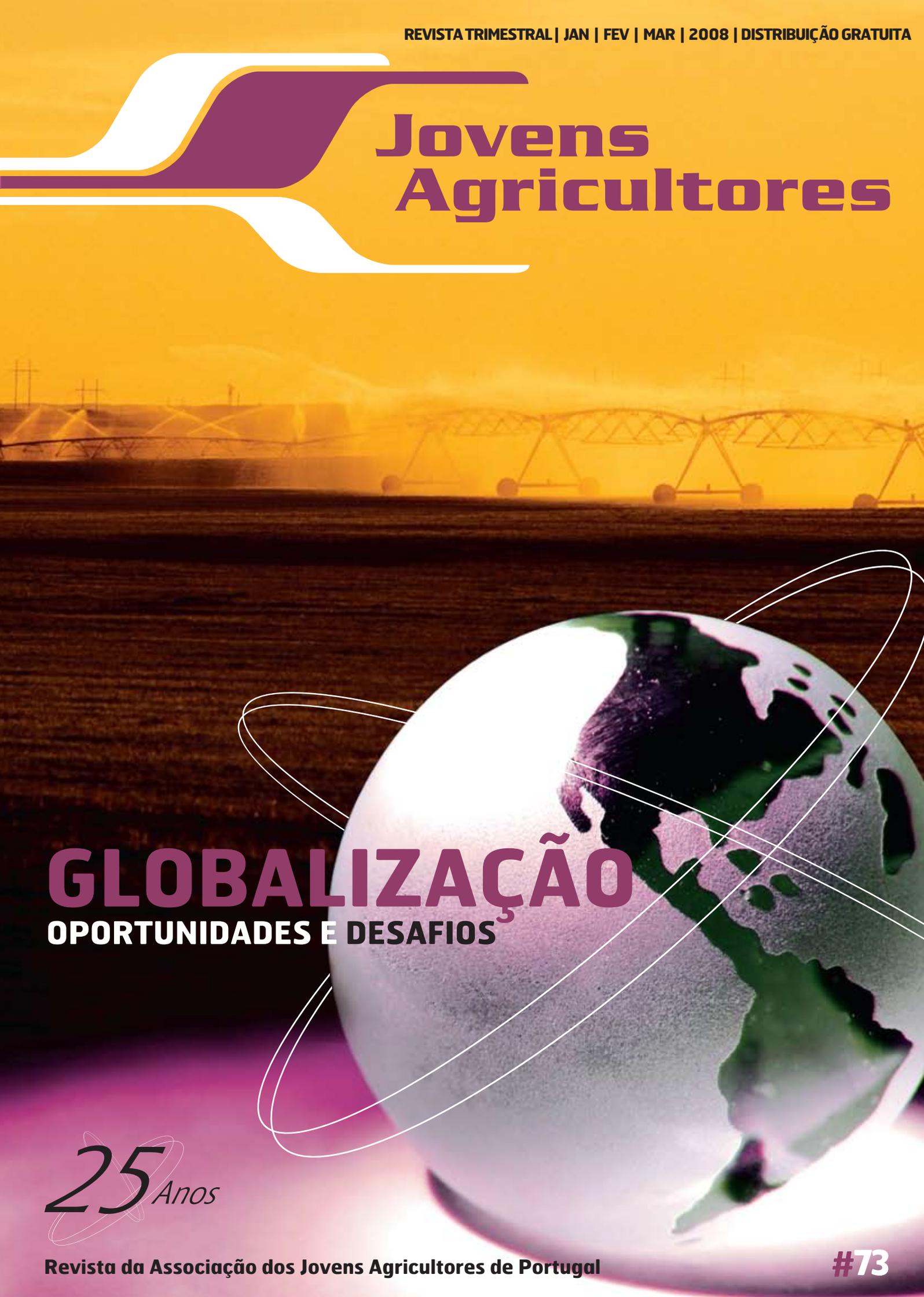


Jovens Agricultores



GLOBALIZAÇÃO

OPORTUNIDADES E DESAFIOS

25 Anos

4 DOSSIER

Desafios e Oportunidades
da Globalização

Globalização do Sector Vitivinícola:
Oportunidades e Desafios

Uma Oportunidade
e Um Desafio Chamados Portugal

Segurança Alimentar e Rastreabilidade:
Que Impacto no Sector Agro-alimentar?

A Agricultura Europeia
num Mundo Globalizado

12 UM SECTOR EM ANÁLISE

Reforma da Organização Comum
do Mercado Vitivinícola

14 SER JOVEM AGRICULTOR

Na Bovinicultura de Leite

16 COLEÇÃO DE MANUAIS

“Gestão da Empresa Agrícola no Século XXI”

18 SIPPI II**20 VALORIZAÇÃO DOS MODOS DE PRODUÇÃO**

Fertilização

24 ASSOCIATIVISMO

Jornadas Técnicas
SIRCA: Recolha
Postos de Atendimento do SNIRB/SNIRA

26 A AJAP NA EUROPA

Jovens Agricultores preocupados
com a competitividade da agricultura europeia

27 LEGISLAÇÃO**29 GABINETES DE APOIO AO JOVEM AGRICULTOR****Ficha Técnica**

[JAN | FEV | MAR] 2008 N.º 73

Propriedade, Redacção e Edição
AJAP
Associação dos Jovens
Agricultores de Portugal
Rua D. Pedro V, 108 - 2.º
1269-128 Lisboa
Telefone: 21 324 49 70
Fax: 21 343 14 90

Director
Firmino Cordeiro

Coordenação
Depart. de Comunicação

Redacção
Depart. Técnico

Secretariado
Olga Leitão

Dep. Comercial
Olga Sereno

Design e Paginação
In [re]action
www.inreaction.com

Impressão
Gazela, Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal
n.º 78606/94

Registo de Título
n.º 116714

Tiragem
10 000 exemplares

Periodicidade
Trimestral

E-mail
ajap@ajap.pt

URL
www.ajap.pt

Distribuição Gratuita



GLOBALIZAÇÃO



Sendo a Globalização um facto incontornável para o presente e futuro da nossa agricultura, a AJAP decidiu abordar o fenómeno nesta edição da revista “Jovens Agricultores”.

Estamos no tempo da “aldeia global”. A agricultura é o dossier mais sensível das negociações para a liberalização do comércio, no âmbito da OMC. Os representantes dos países emergentes exigem a abertura das fronteiras europeias aos seus produtos agrícolas, em troca do seu mercado para as tecnologias europeias. A última reforma da PAC foi já uma resposta a estas questões, com o desligamento das ajudas (RPU) em relação à produção e a transferência de verbas das organizações de mercado para o desenvolvimento rural.

Os agricultores europeus são assim confrontados com a liberalização do mercado mundial e crescentes exigências no espaço interno, ao nível do ambiente, segurança alimentar, bem-estar animal ou condições de trabalho (remunerações, prestações sociais, segurança no trabalho).

Não podemos ignorar a globalização nem devemos ficar com uma visão parcial das suas ameaças ou oportunidades. Para essa visão que também se quer global, pedimos a colaboração de vários especialistas na matéria. Precisamos conhecer para melhor ultrapassarmos os desafios.

Este ano estamos a celebrar 25 anos de existência da AJAP. Para começar, renovamos a nossa revista e acrescentamos o destacável “AgroInovação”, que também nos ajudará a aumentar a nossa competitividade no mercado global. Contudo, apesar de nos adaptarmos, não podemos aceitar passivamente qualquer globalização: Se Portugal e os restantes países da União desejam manter a paisagem e um meio rural vivo com o território ocupado por uma agricultura sustentável e renovada por jovens agricultores, terão de condicionar a abertura das fronteiras ao respeito pelas mesmas regras que exigem no espaço europeu e dar preferência aos produtos de proximidade, que não gastam energia ou conservantes para viajar à volta do mundo. A agricultura não pode ser a moeda de troca para negócios de lucro imediato e elevados custos a longo prazo.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA GLOBALIZAÇÃO



Manuel Belo Moreira
Professor Catedrático
Instituto Superior
de Agronomia

O objectivo deste texto é o de procurar guiar os agricultores no emaranhado de informações, por vezes contraditórias, sobre o que é a globalização e sobre os efeitos que tem e pode vir a ter na sua vida e na sua exploração agrícola ou agro-industrial. Antes porém convém fornecer alguns elementos sobre o que é a globalização que pode ser entendida sobre perspectivas muito diversas, consoante a tónica é colocada na dimensão financeira, talvez a mais importante, na económica, na da regulação ou melhor no papel do Estado, na ambiental, na da saúde humana e animal, ou na ideológica e na religiosa.

Em nosso entender a globalização não é mais do que uma nova fase do capitalismo mundial iniciada três últimas décadas do século passado a partir do momento em que a conjugação de condições políticas, ideológicas e tecnológicas tornou possível profundas e significativas mutações na economia e na sociedade mundial. Dessas con-

dições sobressaem as revoluções dos transportes, mais rápidos e mais baratos e, sobretudo as novas tecnologias da informação que trouxeram inimagináveis progressos na rapidez e capacidade de cálculo e na velocidade e custo de transmissão das informações (Internet) indispensáveis para a realização de negócios a longa distância.

Todavia, se os avanços tecnológicos constituíram a condição necessária para a globalização, já a condição suficiente para o arranque da globalização tem de ser procurada no par ideologia e política.

A história dessas transformações começa nas mudanças político e ideológicas registadas na sociedade ocidental, nomeadamente nos EUA e no Reino Unido, países que lideraram as transformações. Mudanças muito reforçadas com o colapso da União Soviética e com a orfandade ideológica anti-capitalista subsequente a esse colapso, que abriram caminho para a emergência de novo tipo de empresas, como as empresas rede e as empresas virtuais e para o aparecimento de novas lógicas de funcionamento económico, muito mais determinado pelo poderio incontestado do sector financeiro. Mudanças que permitiram consolidar um projecto político que veio a ficar conhecido como o Consenso de Washington que, sinteticamente se pode traduzir pela trilogia: privatizações, liberalização do comércio e dos movimentos de capitais e desregulação.

E de facto o pontapé de saída para a globalização que conhecemos decorre da passagem à prática da agenda do Consenso de Washington, sendo o

momento decisivo para a globalização a decisão política, tomada pelos EUA e pelo Reino Unido, países vitais para o capitalismo mundial e onde estão sediadas as duas maiores e mais influentes praças financeiras, de instituir a liberdade de movimentos dos capitais que abriu caminho para a globalização financeira; isto é, para a instituição de um verdadeiro mercado financeiro global. Globalização financeira que teve como consequência dotar os mercados financeiros e os seus agentes de um poder de tal forma acrescido que permitiu a um reputado economista francês, caracterizar a actual fase como sendo uma verdadeira tirania financeira. Tirania financeira que se revelou como o mais potente instrumento para o capital erosionar o poder democrático do Estado-nação e assim domesti-



car os poderes políticos com tentações mais intervencionistas. Estas mudanças permitiram a proliferação das empresas transnacionais, os agentes dinâmicos e decisivos desta nova fase do capitalismo, e que estas mudassem o seu comportamento passando de estratégias de adaptação à vontade política nacional, para estratégias onde podem impor condições e exigir contrapartidas para se instalarem nos diferentes países .

A globalização além de permitir ao capital global expandir-se muito rapidamente para outros sectores, através da passagem à prática de uma política sistemática de privatizações, veio também favorecer a respectiva expansão para outros espaços geográficos, ilustrando, mais claramente do que no passado, a velha noção de que o capital não tem pátria.

Atente-se no significado que, embora com mais ou menos rapidez e com mais ou menos restrições, a abertura ao capital ocidental proporcionou na cena mundial aos espaços da China, Índia, antiga União Soviética e Vietname. Este facto, a que se associa o enorme peso demográfico destes países, transformou-os nos elementos mais dinâmicos da economia mundial.

Por outro lado, a garantia de quase total liberdade de movimentos dada ao capital, contrastando com as enormes barreiras aos movimentos do trabalho, juntamente com a generalização do outsourcing e do offshoring , desequilibraram fortemente as relações de poder entre o capital e o trabalho em detrimento deste. Explica-se assim o enfraquecimento do poder reivindicativo dos trabalhadores e a diminuição da importância das organizações sindicais para níveis muito inferiores ao período anterior à década de 70.

Em suma, e de um ponto de vista estritamente económico, a globalização pode considerar-se como um passo em frente, extremamente significativo, para uma maior integração económica a nível mundial, embora ainda longe da integração completa.

Finalmente, importa chamar a atenção para o papel das mudanças na sociedade e na cultura cuja importância na velocidade e amplitude do fenómeno globalizador merece ser explicitada, não só no que respeita à relação entre a tendência uniformizadora dos padrões de consumo e as forças que a ela se opõem, mas também para atender às mudanças profundas dos padrões demográficos e familiares das socie-

dades, nomeadamente nas sociedades ocidentais, com reflexos evidentes nas formas como os produtores e consumidores se relacionam com o comércio de retalho após emergência dos grandes grupos da distribuição/retalho e no papel desempenhado pela emergência das novas culturas alimentares.

"A globalização significa que os produtores de qualquer zona do país estão em concorrência directa com produtores de qualquer parte do mundo, situação bem visível numa simples ida a um hipermercado."

Como a dimensão do texto a que tenho de me sujeitar é pequena vou tentar ser o mais sucinto possível, mesmo correndo o risco de parecer demasiado esquemático, arriscando-me a aplicar ao tema uma espécie de análise SWOT (iniciais de Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats palavras que em português significam Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças).

Apresentam-se assim alguns dos aspectos que nos parecem mais importantes para a apreciação do impacto da globalização sobre os agricultores e as zonas rurais mais desfavorecidas, embora convenha sublinhar que esta análise está muito longe de ser exaustiva.

A principal ameaça à produção agrícola nacional deve-se ao intensificar da concorrência. A globalização significa que os produtores de qualquer zona do país estão em concorrência directa com produtores de qualquer parte do mundo, situação bem visível

Ameaças	Forças
Mais concorrência Menos apoios	Produtos locais de qualidade Cooperação Acções de desenvolvimento local
Fraquezas	Oportunidades
Dimensão das explorações agrícolas Recursos humanos Cooperação Enquadramento da produção	Nichos de mercado globais Maior acesso à informação

numa simples ida a um hipermercado. Do lado do consumidor há ainda que notar que as mudanças nas dietas também influenciadas pela globalização intensificam e facilitam tendências anteriores de fazer passar a preparação de alimentos da cozinha para a fábrica. Por seu lado, os fabricantes de alimentos podem abastecer-se de produtos agrícolas recorrendo ao mercado mundial e, por razões de dinâmica própria, localizam as fábricas aonde lhes seja mais favorável (veja-se o exemplo da deslocalização do fabrico de iogurtes da marca Longa Vida que depois de adquirida pela Nestlé passou a ser fabricada em Espanha).

Outra ameaça, que os agricultores já vêm sentindo prende-se com a diminuição dos apoios da União Europeia, em grande parte devido ao processo de liberalização das trocas e às negociações na Organização Mundial de Comércio, mas também devido às dificuldades orçamentais que a Tirania Financeira acarreta. Esta última ameaça poderá mostrar-se ainda mais gravosa para as zonas desfavorecidas, pese embora a muito provável transferência de fundos comunitários para o Pilar II do Desenvolvimento Rural. Mais gravosa pois são essas zonas mais desfavorecidas, por definição menos preparadas e menos aptas, onde é mais difícil quando não impossível suportar a concorrência de produtores de zonas mais favoráveis.

Estas ameaças tornam-se mais preocupantes quando vistas à luz das fraquezas da nossa agricultura: dimensão das explorações reduzida; idade média avançada; reduzido grau de

educação e de formação técnica; escassos níveis de inovação técnica e, sobretudo, de inovação de processos. A estas fraquezas junta-se o individualismo que dificulta a cooperação sem a qual é impossível concentrar a venda dos produtos, o que cada vez mais é condição necessária para os colocar no mercado e, finalmente, a ausência de um enquadramento eficaz que articule a formação e a extensão rural que, no país tem ficado sobretudo a cargo dos interesses das empresas que vendem máquinas e factores de produção.

Todavia, nem tudo são ameaças e fraquezas. A agricultura portuguesa também tem pontos fortes de que a título de exemplo se cita: a existência de produtos de qualidade reconhecida e apreciada no mercado interno; uma organização cooperativa forte no sector leiteiro e algumas organizações de produtores dinâmicas. Também em termos de desenvolvimento rural, existem bastantes exemplos de acções de desenvolvimento que permitem o estudo sério dos custos e benefícios de futuras acções a emprender e trazem ensinamentos de experiências vividas sobre as formas de actuar com maior sucesso e sustentabilidade.

Finalmente, a globalização também traz novas oportunidades. Desde logo porque diversifica e alarga para todo o mundo os eventuais nichos de mercado para os produtos de qualidade e, por outro lado, porque tornou incomensuravelmente mais simples os contactos com outras realidades e o acesso à informação, aspectos que sobretudo as novas gerações de agricultores poderão tirar bom partido. Para tal todavia é

necessário que as fraquezas e ameaças não tolham a criatividade individual, por um lado, nem impeçam a necessária adopção de formas de cooperação, sem as quais os agricultores estarão sempre em desvantagem perante os intermediários e, sobretudo, os grandes compradores de produtos agrícolas que, em muitos sectores, têm características de oligopólio, com enorme poder de mercado.

- 1 Neste texto por razões de espaço e até para facilitar a leitura não se incluíram referências bibliográficas, os leitores que eventualmente estejam interessados em aprofundar o tema podem contactar-me directamente para mbelomoreira@isa.utl.pt.
- 2 Verificou-se também um enorme crescimento em número e importância económica das empresas transnacionais, muitas das quais executam transacções intra-firma de bens entre espaços de diferentes países de acordo com estratégias que lhes permitem minimizar a fiscalidade a que estão sujeitas, o que contribui para a erosão do poder do Estado, acima referida.
- 3 Com a notável excepção da China e da Índia.
- 4 O Outsourcing corresponde à delegação de competências, serviços ou tarefas industriais que não fazem parte do negócio essencial da empresa. Levado ao extremo o outsourcing permite que "fabricantes" apenas detenham a marca e os direitos da concepção e de distribuição do produto, sub-contratando em qualquer parte do mundo quem fabrique as peças e as monte para dar origem ao produto final. O Outsourcing tanto pode ser feito com recurso a empresas de um mesmo país ou com empresas de outros países, isto é envolvendo o offshoring, isto é envolvendo trabalho de outro país e induzindo a deslocalização das empresas, nomeadamente as dos sectores de trabalho intensivo, para os países onde a mão-de-obra é mais barata.

GLOBALIZAÇÃO DO SECTOR VITIVINÍCOLA: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

A escala global a que têm hoje de ser encarados os negócios traz consigo algumas dificuldades mas também imensas oportunidades, se estivermos preparados para elas.

Isto é válido para a generalidade dos sectores económicos, a que naturalmente o sector vitivinícola não escapa.

O mercado é cada vez mais vasto, mas também mais competitivo. À medida que as regras da Organização Mundial do Comércio se vão impondo, caem barreiras técnicas e aduaneiras, facilitando o alargamento do mercado e respondendo à crescente vontade dos consumidores de experimentarem outros produtos.

Se somarmos os volumes exportados por todos os países produtores de vinho - a que chamamos no quadro Mercado - e compararmos esse valor com o consumo mundial obtemos um indicador expressivo do grau de internacionalização e de crescimento do mercado mundial do vinho. A retoma do consumo mundial de vinho dá-se só a partir dos anos 90.

Desde o início dos anos sessenta - início das exportações dos chamados países do novo mundo vitícola - temos assistido a um aumento constante da percentagem de consumo de vinhos bebidos fora dos países de produção, valor que ultrapassou os 30% durante o primeiro lustro do milénio (linha 3 do quadro) e que não cessa de crescer.

Se analisarmos a origem das transacções por países exportadores podemos distinguir 3 grandes grupos de países exportadores com comportamentos muito distintos. Os 5 principais países exportadores da Europa representam actualmente mais

de 60% (45,8 Mhl) do mercado mundial, contra pouco mais de 40% (10,1 Mhl) no início do período de análise. O 2.º grupo, que reúne os países do Novo Mundo vitícola, passa, em igual período, de 1,5% (0,4 Mhl) para 22,3% (16,0 Mhl) na quota relativa ao mercado mundial, o que corresponde a multiplicar por 40 o seu volume de exportações. Em sentido contrário evoluíram as exportações dos países do Magrebe (10,9 para 0,3 Mhl) e os PECCO, cuja quota actual do mercado não passa dos 4,3% depois de terem representado mais de 12% no início dos anos 80.

O crescimento da internacionalização do mercado deve-se à entrada dos países produtores do hemisfério sul e dos Estados Unidos da América, a uma deslocalização do consumo de vinho para países não produtores, para além de uma crescente curiosidade por novos produtos. Estes novos consumidores são cada vez mais exigentes em termos de segurança alimentar e de informação, bem como mais sensíveis e exigentes aos eventuais impactes ambientais da actividade agrícola.

Ou seja, estamos perante uma enorme oportunidade de mercado, mas que exige duros desafios aos produtores vitivinícolas europeus e sobretudo nacionais, pouco habituados à crescente liberalização ditada pelos compromissos internacionais assumidos no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

É nesta linha que foi recentemente aprovada a reforma Organização Comum do Mercado Vitivinícola, que introduz importantes mudanças nas regras de funcionamento do sector, algumas de profundo significado, cujos impactos temo não te-



Fernando Bianchi-de-Aguiar
Professor Universitário
Presidente Honorário
da OIV

rem sido suficientemente avaliados.

É verdade que a quebra de competitividade a que chegaram os vinhos europeus face aos vinhos do novo mundo vitícola, em particular os australianos, chilenos e californianos, bem atestada pelos números atrás referidos, obrigava a Europa a rever o seu paradigma produtivo e o edifício regulamentar.

A primazia é agora (e bem) o mercado. Para tal exige-se inovação. Desde logo inovação na organização empresarial, mas também nos processos produtivos vitícolas, na tecnologia enológica e industrial, na logística, no marketing e, naturalmente, na comercialização.

Apenas inovando as empresas do sector vitivinícola conseguirão aproveitar as oportunidades e utilizar as ferramentas disponibilizadas por esta nova OCM e sobreviver neste mercado global em que têm que actuar.

Transacções mundiais no mercado de vinho

	unidades: 10 ⁶ hl									
	61-65	66-70	71-75	76-80	81-85	86-90	91-95	96-00	01-05	06-07
1. Consumo	211,0	242,8	270,2	286,1	281,9	239,9	225,6	233,0	233,0	240,8
2. Mercado	24,0	29,7	41,2	45,2	49,5	43,5	51,1	60,9	71,8	82,0
3. 2/1 (%)	11,4	12,2	15,2	15,8	17,6	18,1	22,7	26,1	30,8	34,1

Fonte: OIV Out/2007

- 1 Dados da Organisation Internationale de la Vigne et du Vin
- 2 Itália, França, Espanha, Alemanha e Portugal
- 3 Este cálculo engloba os mais significativos: EUA, Chile, Austrália, África do Sul e Argentina

UMA OPORTUNIDADE E UM DESAFIO CHAMADOS PORTUGAL



João Tiago Carapau
Managing Partner
da GO TO MARKET

Portugal poderia potenciar em maior escala e profundidade, estratégica e economicamente, os seus produtos, serviços e empresas agrícolas e agro-alimentares.

A riqueza do País em termos de produtos agrícolas, produtos transformados agro-alimentares e património gastronómico é imensa e reconhecida, decorrendo historicamente da biodiversidade, saber-fazer e criatividade inata dos portugueses. São estes factores que possibilitam que, neste “cantinho à beira-mar plantado”, se obtenha e coloque nos mercados - naturalmente, e pela dimensão das produções, em mercados-alvo premium e de “nicho” - um conjunto de produtos agro-alimentares de excelência como vinhos, azeites, hortofrutícolas, queijos, carnes e pescado, reconhecidos e apreciados a nível nacional e internacional.

E se dúvidas existem sobre esta matéria (afastando-se desde já alguma ideia de chauvinismo ou provincia-

nismo bacoco...), atente-se no crescimento do investimento estrangeiro que tem vindo a ser concretizado em Portugal nos últimos anos, nomeadamente o espanhol no olival e azeite no Alentejo; o inglês - não só secular, como muito recente - nos vinhos do Porto e do Douro; o belga e americano em hortofrutícolas processados e frescos no Vale do Tejo e na Costa Alentejana. Logo, parecem-nos não ser uma questão de falta de potencial e/ou de (in)capacidade competitiva; tratar-se-á antes da necessidade imperiosa de afirmar política e empresarialmente junto dos produtores, transformadores e distribuidores uma lógica de actuação de cariz mais global, à escala nacional e mundial, que privilegie e se centre definitivamente numa orientação mercado dos empresários e das suas empresas agrícolas e agro-alimentares.

E como fazê-lo? Posicionando estrategicamente, em termos de oferta do País, os produtos agro-alimentares tradicionais, assim como outro vasto conjunto de ‘novos’ produtos de excelência, frescos e transformados, como Produtos Agro-alimentares Portugueses de Qualidade Reconhecida (PAPQR). Para tal, haverá que dotar os agentes económicos nacionais que produzem, transformam e comercializam os PAPQR de mais e melhores competências e instrumentos a nível comercial e de marketing, assim como agregar promocionalmente este tipo de produtos sobre um mesmo ‘chapéu’ institucional, otimizando recursos e potenciando a notoriedade e mais-valia de mercado (à semelhança, por exemplo,





"A riqueza do País em termos de produtos agrícolas, produtos transformados agro-alimentares e património gastronómico é imensa e reconhecida, decorrendo historicamente da biodiversidade, saber-fazer e criatividade inata dos portugueses."

do que acontece em França através da SOPEXA, a Agência de Promoção Alimentar que actua concertadamente em todo o Mundo ao serviço dos produtos e dos agentes económicos franceses).

O valor de mercado dos PAPQR, nos mercados interno e externo, é indiscutível. Veja-se os exemplos de sucesso daqueles que são obtidos, geridos e promovidos comercialmente, e em termos de marketing, por agentes económicos nacionais com orientação-mercado: os prémios ganhos por azeites portugueses qualificados e de Agricultura Biológica em concursos como o "Mário Solinas" (Espanha) e o "Los Angels International Olive Oil" (Estados Unidos); a presença de vinhos portugueses de qualidade em mercados tão exigentes como o britânico ou o americano, estando à venda em locais como o HARRODS (Londres) ou o WHOLEFOODSMARKET (Nova Iorque); ou, ainda, a exportação e conquista de mercados tão distantes, como o brasileiro e o russo, pela pêra rocha do Oeste.

O que nos parece é que existe ainda um enorme potencial por explorar

e rentabilizar internamente e além-fronteiras. A falta de sensibilidade e de actuação de alguns empresários deverá, em nosso entender, ser combatida com maior divulgação e aposta nos exemplos de sucessos já hoje existentes (motivando um efeito positivo de "arrastamento" de boas práticas); na canalização de apoios financeiros e institucionais para as componentes comercial e de marketing, por exemplo através da entrada em execução do PRODER ou do reforço da intervenção da AICEP na promoção do investimento em fileiras-chave agro-alimentares; e, mesmo, na aposta e divulgação de mecanismos financeiros que não os habituais apoios a fundo perdido, nomeadamente instrumentos como o capital de risco e o private equity. Torna-se imprescindível dotar cada vez mais as empresas agrícolas, agro-alimentares e as Organizações de Produtores de novas estratégias de abordagem aos mercados agrícolas e agro-alimentares, não centradas numa lógica de mass-market, em que a competição é naturalmente mais feroz e difícil (veja-se o poderio de aprovisionamento de países como a Espanha, mesmo aqui ao lado, ou da Argentina e África do Sul, em contra-estação), mas antes mais focalizadas nos premium-markets, onde a diferenciação, a qualidade intrínseca e os elementos de marketing (como o branding, o design e a comunicação) são factores absolutamente fulcrais para a conquista de novos Clientes, geração de maior valor acrescentado e afirmação gradual da notoriedade dos produtos, dos produtores e do próprio País.

SEGURANÇA ALIMENTAR E RASTREABILIDADE: QUE IMPACTO NO SECTOR AGRO-ALIMENTAR?



**Diogo M. de Souza Monteiro
(PhD)**

**Lecturer in Marketing
Kent Business School
University of Kent (UK)**

Nesta primeira década do novo Milénio os mercados agrícolas tem sofrido uma profunda e rápida transformação. A sequência de crises alimentares vividas na União Europeia no final dos anos 90 levou, por um lado, a uma crescente dissociação entre os consumidores e os diversos agentes da cadeia de produção e distribuição alimentar. Por outro os efeitos dos acordos de liberalização do comércio de produtos agrícolas tornaram-se evidentes nos últimos anos, estando hoje facilmente acessíveis aos consumidores produtos provenientes das mais diversas origens. A análise do impacto de cada um destes factores no sector agro-alimentar é uma tarefa complexa, sobretudo porque eles estão interligados. O objectivo deste artigo é descrever e identificar as consequências da crescente preocupação com a segurança alimentar e a rastreabilidade.

Um impacto directo das crises alimentares do final dos anos 90 foi a necessidade de definição de uma nova política para a alimentação na União Europeia. A nova lei foi introduzida através do regulamento 178/2002, que criou a Agência Europeia de Segurança Alimentar e tornou obrigatória a rastreabilidade dos alimentos destinados a alimentação animal e humana. Com estas medidas pretendeu-se reconquistar a confiança dos consumidores aumentando o nível de informação disponível ao longo dos canais de distribuição alimentar. A Agência Europeia de Segurança Alimentar foi criada tendo em vista uma avaliação científica independente, exaustiva e rigorosa dos riscos de introdução de alimentos no mercado. A rastreabilidade permite um maior grau de transparência e uma melhor gestão das crises alimentares. Uma questão que se coloca é: em que medida a rastreabilidade melhora a transparência e afecta o livre acesso dos produtores ao mercado?

Apesar do esforço regulatório da União Europeia, que a colocaram na vanguarda das medidas de reforço da segurança alimentar a nível Mundial, é talvez paradoxal observar que os sistemas regulatórios privados parecem ser mais efectivos que os públicos. O grau de exigência em termos de segurança alimentar e protecção ambiental de sistemas privados desenvolvidos por empresas de distribuição, tal como o GlobalGAP ou a "Filière Qualité Carrefour", são bastante superiores à norma legal. Dado que cerca de 60% das vendas de produtos alimentares nos Países desenvolvidos se realiza através das grandes cadeias de distribuição retalhista, a mera possibilidade de exclusão do acesso ao consumidor funciona como um forte incentivo ao cumprimento das regras impostas.

A União Europeia tem sido criticada e desafiada ao nível da Organização de Comercio Mundial devido à sua políticas de segurança alimentar, que é considerada proteccionista por países terceiros. Mas esses países tem menos argumentos quando se verifica que a exclusão de acesso ao mercado não é realizado pelas instituições públicas mas antes pelas grandes cadeias de distribuição retalhista. O que não significa que estas prefiram a produção Europeia, muito pelo contrario as cadeias de distribuição não olham a nacionalidades, simplesmente compram a quem lhes garante o cumprimento das regras. E os consumidores? Os estudos mais recentes indicam que estes não se sentem necessariamente mais seguros nem mais informados apesar da rastreabilidade. Parecem abismados e confusos com a abundância de informação disponível. Por outro lado, e talvez estranhamente, parecem confiar mais na comunicação social que em qualquer outro agente envolvido na produção, investigação, regulamentação ou distribuição agro-alimentar.

***"as cadeias de
distribuição não olham
a nacionalidades."***

Concluindo, a necessidade de uma maior segurança alimentar e a rastreabilidade estão a alterar profundamente os mercados agro-alimentares. Parece hoje evidente que os canais de distribuição alimentares estão mais integrados e exigem uma maior coordenação dos diversos agentes. Aqueles que não estejam dispostos a associar-se horizontal ou verticalmente e não se disponham a cumprir as regras do jogo poderão perder o acesso aos consumidores.

A AGRICULTURA EUROPEIA NUM MUNDO GLOBALIZADO

Com os objectivos iniciais de garantir o abastecimento da Europa em bens alimentares e de permitir aos agricultores um rendimento adequado, a Política Agrícola Comum sofreu várias alterações até à actualidade, fruto da construção Europeia e da evolução da sociedade e dos mercados internacionais.

O Regime de Pagamento Único, introduzido em 2003, é o mais recente exemplo da adaptação da PAC, constituindo uma resposta aos novos desafios colocados pela sociedade e pelos compromissos internacionais da UE. A Política de Desenvolvimento Rural, que favorece a protecção do ambiente e das paisagens rurais e é considerada fonte de crescimento económico e de empregos nas regiões rurais, foi, também, um dos aspectos mais marcantes da mais recente reforma da PAC.

Outra questão que nos últimos anos tem levado à adaptação da PAC é a diminuição do seu orçamento. Estas restrições orçamentais, aliadas à necessidade de financiamento do desenvolvimento rural, têm levado a uma gradual diminuição dos gastos do 1.º pilar. Agora a Comissão Europeia propõe um "Health Check" à PAC, para avaliar como está a correr a reforma de 2003 e analisar até que ponto serão necessárias eventuais alterações. Contudo, este "Health Check", actualmente em discussão um pouco por toda a Europa, poderá vir a ser muito mais uma mera análise e constituir um verdadeiro "Middle Term Review".

Espera-se um maior reforço da política de desenvolvimento rural da UE e uma maior restrição das verbas do 1.º Pilar, nomeadamente através do

plafonamento e do reforço da modulação obrigatória.

Ao nível do plafonamento das ajudas, prevê-se um corte degressivo, ou seja um corte gradual das ajudas à medida que aumente o pagamento global do agricultor. Esta medida, pouco relevante para Portugal, permitiria limitar o apoio a um pequeno número de grandes agricultores europeus que recentemente foi posto em causa.

Em relação à modulação obrigatória, pretende-se reforçá-la com um aumento anual de 2% entre 2010 e 2013, reforço este que, na minha opinião, fará com que a modulação voluntária deixe de fazer sentido.

A UE já é o maior exportador agrícola e também o maior importador agrícola mundial, sendo pertinente perguntar até que ponto o desenvolvimento rural europeu, tão privilegiado pelas recentes reformas, será sustentável face às pressões externas e face à diminuição dos pagamentos directos aos agricultores que põe em causa a própria viabilidade da agricultura em espaço rural.

"a UE não está disposta a abrir as suas fronteiras a produtos agrícolas que não respeitem as mais básicas normas ambientais e sociais."

Infelizmente a redução do rendimento dos agricultores europeus é cada vez mais a ferramenta utilizada para a adaptação da PAC. E, mesmo excluindo a questão do rendimento, até que ponto podem os nossos agricultores competir no mercado global



Duarte Freitas
Deputado ao
Parlamento Europeu

se a observância de normas relativas ao ambiente, à segurança e qualidade dos alimentos, ao bem-estar dos animais e normas laborais não são igualmente seguidas por países terceiros que inundam os mercados com os seus produtos mais baratos? A esta pergunta o "Health Check" não responde, mas espero que a UE reflecta sobre a melhor forma de abordar este assunto, por exemplo ao nível da OMC. O recente embargo à carne brasileira é um sinal, porventura não directamente ligado a esta questão, mas é implícito que a UE não está disposta a abrir as suas fronteiras a produtos agrícolas que não respeitem as mais básicas normas ambientais e sociais.

Contudo, não posso deixar de frisar que a Europa corre o risco de não fazer ouvir a sua voz e acabar por ser impotente nesta globalização que estamos a presenciar e que tem como actores cada vez mais relevantes a China e a Índia.

Reforma da organização comum do mercado vitivinícola

Em 19 de Dezembro de 2007, o Conselho de Agricultura e Pescas, conseguiu um acordo político que possibilita estabelecer uma nova OCM Vitivinícola, em substituição do actual Regulamento (CE) n.º 1493/1999, do Conselho, de 17 de Maio.

Aspectos essenciais que caracterizam a nova OCM

Vinha

A partir da campanha de 2008/2009, será instituído um programa comunitário de arranque de vinha durante um período de 3 anos, para uma área de 175.000 ha, com níveis de prémios degressivos. Os Estados-Membros têm a possibilidade de suspender o regime quando a área arrancada ultrapassar 8% da sua área vitícola ou 10% da área total de uma determinada região.

As zonas de montanha ou de declive acentuado e certas áreas ambientalmente sensíveis, podem ser excluídas do regime de arranque.

As áreas arrancadas no âmbito deste programa geram direitos de Regime de Pagamento Único (RPU).

O presente regime de direitos de plantação é garantido até 2015, com a possibilidade da sua manutenção, ao critério de cada Estado Membro, até 2018.

Vinho

Nas categorias de produtos vitivinícolas ocorrerão alterações de designações, assim:

Vinho de Mesa → Vinho

Vinho de Mesa com Indicação Geográfica → Vinho com Indicação Geográfica Protegida





VQPRD → Vinho com Denominação de Origem Protegida
É criado um Registo Comunitário das Denominações de Origem e Indicações Geográficas que visa o reforço da sua protecção. As actuais Denominações de Origem (DO) e Indicações Geográficas (IG) são automaticamente reconhecidas e integradas neste registo.

"De 2001 a 2006 o valor médio anual das ajudas financiadas pela actual OCM foi de 64,2 Milhões de euros"

Quanto às práticas enológicas, a Comissão passa a poder adoptar novas práticas ou modificar as existentes, tendo em consideração as práticas recomendadas e publicadas pela Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV).

A rotulagem dos vinhos será simplificada, permitindo-se a utilização da indicação da casta e ano de colheita em vinhos sem denominação de origem ou indicação geográfica. Certas menções tradicionais continuarão a ser protegidas.

Gestão do mercado

De forma a contribuir para o equi-

líbrio do mercado, os Estados-Membros podem, através das organizações Inter-Profissionais, desenvolver regras que contribuam para a regularização da oferta de uvas, mostos e vinhos.

Apoios ao sector vitivinícola (Envelope Nacional)

Os Estados-Membros terão à sua disposição um envelope nacional, de modo a adoptar as medidas mais adequadas às suas necessidades (nomeadamente promoção em países terceiros, reestruturação da vinha, modernização da fileira, inovação e apoio à vindima em verde).

A destilação de subprodutos pode beneficiar de apoio financeiro, (atribuído aos destiladores que canalizem o álcool obtido para fins industriais ou energéticos) a um nível mais baixo do que o actual, sendo abolido o preço mínimo de compra ao produtor.

Durante um período transitório de 4 anos, os Estados-Membros podem:

Apoiar, através da atribuição de ajudas degressivas (Pagamento Único desligado da produção, por exploração), os produtores que recorram à produção de álcool de boca.

Em situações de crise, de modo a contribuir para o equilíbrio do mercado, fi-

nanciar uma medida de destilação cuja despesa ficará limitada, anualmente, a 20%, 15%, 10% e 5% do montante do envelope nacional. O álcool obtido tem que ser escoado para fins industriais ou energéticos.

Manter o actual modelo de apoio à utilização de mostos concentrados. O "enriquecimento", na zona vitícola C (onde Portugal está incluído) é limitado a 1,5 % vol.. Após o período transitório o montante médio das ajudas pagas, pode ser transformado em ajudas desligadas a atribuir aos produtores de vinho com base em critérios objectivos e não discriminatórios.

Impacto financeiro em Portugal

De 2001 a 2006 o valor médio anual das ajudas financiadas pela actual OCM foi de 64,2 Milhões de €;

De 2009 a 2015, o valor médio anual das ajudas a financiar pela nova OCM é estimado em 71,2 Milhões de €.

Entrada em vigor

Nova OCM - 1 de Agosto de 2008.

Novas regras respeitantes às Indicações Geográficas e Denominações de Origem Protegidas, Práticas Enológicas e Rotulagem - 1 de Agosto de 2009.

Na bovinicultura de leite

JOVEM EMPREENDEDOR

Nome Miguel Carlos Sá Fernandes

Idade: 26 anos

Estado Civil Casado – 1 filho

Habilitações 12.º ano

Habilitações relacionadas com a actividade Curso Profissional – Técnico de Gestão Agrícola – Casa Escola Agrícola Campo Verde

Ano de Instalação 2001

CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DA EXPLORAÇÃO

A exploração situa-se na região de Entre Douro e Minho, no concelho de Póvoa do Varzim, inserida numa região com elevada densidade populacional, no coração da zona de produção hortícola do Litoral Norte, em pleno aquífero, representando as questões ambientais grande importância.

SAU: 24 ha ocupados com milho para silagem em rotação com culturas forrageiras de Outono-Inverno.

Especialização Produtiva: Bovinos de Leite

Efectivo: 150 animais, com cerca de 90 vacas leiteiras

Quota Leiteira de 630 ton

Mão-de-obra Permanente: Familiar (o próprio, mulher e pai) e um assalariado para a realização da ordenha.

ENTREVISTA

1 – Quais os motivos que o levaram a enveredar pela actividade agrícola?

A opção pela profissão de agricultor surgiu bem cedo, quando decidi tirar um curso técnico-profissional de Gestão Agrícola. O facto de ter nascido numa exploração agrícola

conferiu o gosto pela profissão.

Na realidade, cedo percebi que era necessário dar continuidade à exploração familiar e em 2001 conjuntamente com o pai formamos uma sociedade, apresentando um projecto que visava a minha instalação como Jovem Empresário Agrícola.

O facto de aceder a ajudas ao investimento contribuiu decisivamente para a tomada de decisão pela instalação, que constituiu um elemento fundamental para a modernização da exploração.

2 – Principais dificuldades sentidas antes da instalação, aquando da instalação e actuais?

O projecto rondou o investimento de cerca de 150 mil euros na aquisição de alguns equipamentos, sala de ordenha, modernização de instalações com a preocupação de melhorar as condições de bem-estar animal e num equipamento separador de chorume para atender a algumas restrições de aplicação de chorume.

Se fosse hoje teria apresentado um projecto maior, pois sinto que preciso de ampliar as instalações e melhorar as condições de bem-estar animal para fazer face aos requisitos de licenciamento da exploração.

3 – Tendo por base a sua experiência quais são os factores de sucesso das primeiras instalações?

Foi fundamental a orientação da minha instalação e o acompanhamento de todo o projecto, com presença constante do meu pai que já era empresário agrícola no mesmo ramo de actividade. Entendo que quando tal não acontece é fundamental o acompanhamento por especialistas na matéria, pois é muito importante a experiência adqui-

rida para ultrapassar pequenas dificuldades do dia a dia. Considero que os apoios financeiros por vezes iludem o J.A. quando estes não têm experiência suficiente do sector de actividade em que se está a investir.

4 – Perspectivas de introdução de alterações na exploração a médio e longo prazo

Face às crescentes exigências que a exploração terá de satisfazer do ponto de vista ambiental, uma vez que se situa em zona vulnerável, terei de efectuar alguns investimentos para cumprir esses requisitos.

Por outro lado atendendo à conjuntura económica que o sector atravessa, com os sucessivos aumentos dos custos de produção, a exploração terá de ganhar economia de escala e para isso terá de aumentar a produção o que será difícil a compatibilização com as regras de encabeçamento máximo permitido em zona vulnerável. A exploração não poderá baixar a produtividade por unidade de SAU pois deixará de ser competitiva.

5 – Procedeu a estudos de mercado por forma avaliar a capacidade de escoamento do(s) produto (s)?

Não tenho problemas de escoamento da produção, uma vez que este é assegurado pelo sector cooperativo a que estou ligado. Saliente-se que é uma das grandes vantagens do sector do leite – está organizado – sabemos de ante-mão a quem vamos vender.

6 – Acompanha o desenvolvimento das Novas Tecnologias e Comunicação, numa perspectiva de proceder à sua introdução na exploração?

Tento manter-me actualizado nesta matéria.



7 – Quais foram as preocupações ambientais presentes aquando da elaboração do projecto de instalação e de que forma são actualmente integradas as questões ambientais na sua exploração?

As preocupações ambientais da exploração são acauteladas com uma boa gestão dos efluentes pecuários e com a racionalização das fertilizações azotadas.

Investi na capacidade de armazenagem de efluentes de forma a só aplicá-los ao solo no momento da instalação das culturas e a respeitar assim as normas das Boas Práticas a que está sujeita a exploração por se localizar em zona vulnerável, economizo ao mesmo tempo na aquisição de adubos minerais.

UMA PALAVRA DE UM JOVEM PARA OS JOVENS

A mensagem que quero transmitir aos Jovens Agricultores que se queiram instalar no sector é que pensem muito bem nos investimentos que pretendem realizar, deverão ter muita atenção às alterações de política que se avizinham, nomeadamente com a possibilidade da liberalização da produção sem quotas.

Saliento ainda que a agricultura é uma actividade exigente de alto de risco, é preciso contar sempre com factores imponderáveis que estão sempre a acontecer e que são determinantes na estrutura financeira da empresa. Porém, também considero que é uma actividade saudável de convívio constante com a natureza e que não está sujeita ao stress de outras profissões.

COLECÇÃO DE MANUAIS “Gestão da Empresa Agrícola no Século XXI”

Esta colecção de três manuais lançada recentemente pela AJAP em parceria com a Agri-Ciência, com o apoio do Programa AGRO, aborda três temas fundamentais na gestão da empresa agrícola pelos Jovens Agricultores: gestão e administração de empresas, marketing de produtos agro-pecuários e tecnologias de informação e comunicação na gestão da empresa agrícola.

Esta colecção constitui uma compilação de matérias fundamentais para o empresário que se instala como jovem agricultor adoptando sempre um enquadramento teórico das matérias abordadas seguido de exemplos práticos e concretos aplicados à empresa agrícola. Esta ligação ao concreto é efectuada de forma integrada no conjunto dos três manuais visando estabelecer ligações dinâmicas entre as três temáticas cobertas, isto é, um mesmo caso de estudo é abordado sobre as três perspectivas em questão: a gestão; o marketing; e as tecnologias de informação, traduzindo, assim, uma visão mais realista da empresa agrícola onde estas três visões dos problemas coexistem.

Manual I - Gestão e Administração de Empresas

Este manual estabelece como principais objectivos promover a compreensão dos princípios económicos relevantes para a tomada de decisão ao nível da empresa agrícola, a percepção de como utilizar os registos de exploração

para avaliar o desempenho do negócio da empresa agrícola, a compreensão e aplicação de técnicas de orçamentação para tomar decisões de gestão da empresa agrícola e a compreensão de conceitos ligados à gestão do risco no funcionamento da empresa agrícola.

Manual II - Marketing de Produtos Agro-pecuários



Este manual estabelece como principais objectivos promover a compreensão dos princípios gerais do marketing e a forma como podem ser aplicados ao marketing de alimentos e outros produtos agrícolas.

Para tal aborda questões como as particularidades do marketing de alimentos e outros produtos agrícolas, a cadeia de valor do marketing de alimentos, a importância da pers-

pectiva do consumidor na tomada de decisões do marketing mix e o desenvolvimento de capacidades na procura e análise de informação necessária para tomar decisões de gestão do marketing da empresa agrícola.

Manual III - Tecnologias de Informação e Comunicação na Gestão da Empresa Agrícola



Este manual estabelece como principal objectivo promover a compreensão das tecnologias de informação e comunicação e do potencial que encerram para a gestão da empresa agrícola.

Para tal aborda questões como o conceito de gestão de informação/conhecimento, a tipologia de sistemas de informação e o papel que desempenham na gestão da empresa agrícola, as novas tecnologias de



SIPPI II

É nossa convicção que a Internet e as tecnologias associadas encerram em si um potencial extraordinário para o desenvolvimento de serviços de informação de valor acrescentado para o sector agrícola nacional. Esta ideia é reforçada pelos desenvolvimentos verificados nas formas de acesso e de comunicação, nomeadamente a banda larga, o acesso via telefonia móvel e as redes sem fios, que colocam desafios adicionais e justificados à sua utilização num sector em que a mobilidade e a ausência de ligações físicas pode ser um factor crítico de sucesso.

Neste momento assistimos ao lançamento do SIPPI II, uma evolução do Serviço de Informação da Protecção e Produção Integrada (<http://www.ajap.pt/sipi.asp?id=s3p>) da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP) (<http://www.ajap.pt>).

A criação inicial do SIPPI resultou, em grande medida, da necessidade de armazenar, processar e disseminar informação em tempo útil no campo da Protecção e Produção Integrada, tirando partido das novas tecnologias de informação e

comunicação, especialmente através da integração das aplicações informáticas e das tecnologias da Internet. Esta combinação ofereceu o suporte tecnológico necessário para o desenvolvimento de um serviço de informação que permitiu reduzir os custos associados aos procedimentos de recolha de dados, automatizar o processamento da informação recolhida e oferecer diversas formas de disseminação da informação recolhida e produzida, com o valor acrescentado que tal processo pôde transferir para os utilizadores finais, isto é, os agricultores.

O Serviço de Informação da Protecção e Produção Integrada (SIPPI), desenvolvido sobre o serviço Web da Internet e tirando partido das possibilidades oferecidas por este meio de comunicação, é suportado por um repositório de conhecimento na área da Protecção e Produção Integrada construído especificamente para o efeito. Neste repositório está armazenada informação de natureza diversa, incluindo notícias, documentos e apontadores relevantes, bem como informação relativa às principais pragas, doenças e

infestantes que atacam as culturas mais relevantes no campo da Protecção e Produção Integrada. Para além desta informação, e no caso da luta química, foi ainda recolhida informação relativa às substâncias activas autorizadas neste meio de produção

para combater as pragas, doenças e infestantes registadas, bem como quais os produtos comerciais que as incluem e que empresas os comercializam.

O SIPPI II, agora lançado, continua integrado no site institucional da AJAP (<http://www.ajap.pt>), confirmando a estratégia desta Associação de desenvolver instrumentos inovadores de apoio ao desempenho das equipas técnicas de acção local, suportados pelas novas tecnologias de informação e comunicação, que, simultaneamente disponibilizam informação útil via Internet, tendo como objectivo último a prestação de um melhor e mais atempado serviço aos seus associados e ao sector agrícola em geral. O funcionamento deste serviço assenta na assistência técnica prestada pelos técnicos da AJAP que, em todo o país, acompanham a evolução dos estados fenológicos das culturas e dos ciclos biológicos das pragas e doenças usando a prática da Protecção Integrada para as controlar.

Um dos pontos fortes do SIPPI, e numa lógica de personalização do serviço de informação construído, consistiu na possibilidade de, após um processo de subscrição prévio em que o utilizador indica a que região pertence e em que culturas está interessado, passar a receber automaticamente sob a forma de mensagens de correio electrónico os alertas relativos à Protecção e Produção Integrada publicados on-line. Paralelamente, o serviço oferece uma Newsletter electrónica que periodicamente dá a conhecer aos seus subscritores as últimas novidades quanto a notícias,



documentos e apontadores de interesse.

Em virtude do feedback positivo que este serviço de informação recebeu, a AJAP decidiu apostar na sua renovação e, recorrendo à Medida 10 do Programa AGRO, desenvolver um conjunto de acções que se podem agrupar da seguinte forma:

1. Alargamento da cobertura do SIPPI a novas culturas. Inicialmente estavam incluídas no serviço de informação apenas a vinha, o olival e os citrinos, sendo agora possível utilizar o SIPPI para um conjunto muito mais alargado de culturas, conforme é possível constatar quando se subcreve o serviço on-line.

2. Refinamento do modelo de gestão dos produtos utilizados na luta química. A necessidade de ir mais além e diferenciar para uma mesma substância activa quais os produtos comerciais em concreto que poderiam ser utilizados para determinada finalidade, implicou uma alteração profunda no modelo de gestão desta informação na Intranet do SIPPI, tendo sido no entanto possível manter a interface pública do mesmo praticamente inalterável para minimizar os impactos da mudança para o utilizador final.

3. Diversificação dos meios de comunicação utilizados para disseminar a informação produzida tendo em vista chegar ao utilizador final do SIPPI da forma mais rápida e cómoda para este. Em função do conheci-

mento local que os técnicos da AJAP possuem e do perfil dos utilizadores dos serviços que prestam, foi considerado estratégico tirar partido de uma tecnologia hoje praticamente universal como é o caso do telemóvel e promover o envio dos alertas do SIPPI através de mensagens curtas de texto para os subscritores do serviço. Apesar de condicionados pela extensão das mensagens e alguma pobreza de conteúdos, é efectivamente um meio de comunicação com grande potencial de aplicação no sector agrícola e permite efectuar uma “chamada de atenção” posteriormente complementada com a leitura da mensagem de correio electrónico ou com a visita ao SIPPI na Web, modalidades de comunicação já disponíveis desde o lançamento inicial do SIPPI, ou ainda do contacto directo com o técnico da AJAP.

Apesar de acreditarmos que este é, sem dúvida, um exemplo do caminho de futuro para a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação na agricultura, observamos com alguma apreensão as mudanças políticas verificadas no campo da Protecção e Produção Integrada e do não reconhecimento do papel extremamente valioso que os técnicos das Organizações de Agricultores estavam a desempenhar na vertente de apoio técnico aos agricultores e que, em última instância, podem colocar em risco projectos desta natureza. De facto, uma vez que, para além de um investimento inicial substancial, são



"O SIPPI II, agora lançado, continua integrado no site institucional da AJAP (<http://www.ajap.pt>), confirmando a estratégia desta Associação de desenvolver instrumentos inovadores de apoio ao desempenho das equipas técnicas de acção local"

projectos que necessitam um forte investimento em termos de recursos humanos para efectuar a gestão da informação que os suportam, sendo que o retorno do investimento realizado será lento na medida em que é conhecida de todos a relativamente reduzida adesão às tecnologias de informação e comunicação no sector agrícola nacional. Assim, face ao potencial que projectos desta natureza encerram para promover a obtenção de ganhos de competitividade da agricultura nacional, deveriam ser objecto de apoio público.

Miguel de Castro Neto
Agri-Ciência, Consultores de Engenharia, Lda.

Fertilização

A fertilização desempenha sem dúvida uma função de grande importância na agricultura actual.

Efectivamente as plantas como seres vivos, não podem exhibir o seu potencial genético de produção se não receberem, nas mais correctas quantidades e mais convenientes equilíbrios, os nutrientes essenciais.

Os solos na sua quase totalidade não apresentam reservas nutritivas suficientes para satisfazer as exigências das culturas, em particular naquelas em que à mercê de melhores condições genéticas e ambientais, as produções poderão ser mais elevadas.

A fertilização racional das culturas apresenta como objectivos principais a cobertura das necessidades da cultura em nutrientes minerais, a melhoria ou manutenção do estado de fertilidade do solo e o respeito pelo ambiente.

Uma fertilização racional exige o conhecimento das necessidades nutritivas das culturas, o estado de fertilidade dos solos e as características dos fertilizantes a usar, bem como o seu comportamento no solo, para que tal aconteça é fundamental o recurso às análises de terra, foliares e no caso das culturas regadas à água de rega.

A partir do balanço necessidades-disponibilidades poder-se-à determinar-se os nutrientes e as respectivas necessidades a fornecer ao solo, para garantir uma adequada nutrição da cultura.

Só com o recurso a uma análise físico-química se poderão quantificar os teores de matéria orgânica, a reacção do solo (pH) e a capacidade de troca catiónica. A análise de terra

não é somente a base para um programa bem planeado de fertilização como também constitui um meio para a sua própria avaliação em termos de sucesso a médio prazo.

Ao longo de culturas sucessivas e diferentes aplicações de fertilizantes, a análise de terra vai indicando os locais ou parcelas em que a fertilidade do solo vai aumentando ou diminuindo, permitindo os ajustamentos considerados adequados.

"Uma vez que a planta tira a quase totalidade dos nutrientes ao solo, os teores desses elementos nas plantas reflectem indirectamente a capacidade do solo para os fornecer, podendo tornar-se como medida de avaliação da sua fertilidade."



Uma vez que a planta tira a quase totalidade dos nutrientes ao solo, os teores desses elementos nas plantas reflectem indirectamente a capacidade do solo para os fornecer, podendo tornar-se como medida de avaliação da sua fertilidade.

Este tipo de análise incide mais frequentemente, sobre os órgãos da planta de maior actividade metabólica, as folhas, razão pela qual, aparece geralmente referido como análise foliar.

A análise foliar e análise de terra, cada uma com a sua própria finalidade específica, completam-se vantajosamente face à tarefa de estabelecer e gerir programas de fertilização ao longo dos anos, sobretudo no tocante a culturas arbóreas e arbustivas.

A fertirrega, consiste na realização da fertilização em simultâneo com a rega, apresenta significativas vantagens para a manutenção das culturas.

Recorrendo à fertirrega e tecnologias associadas, a nutrição e o fornecimento de água às plantas são muito mais eficientes e equilibrados.

Nas vantagens da fertirrega, destacam-se: grande economia de mão-de-obra e de fertilizantes, com respectiva diminuição dos encargos financeiros associados; possibilidade de se fraccionarem as fertilizações; melhor uniformização da fertilização com consequente melhoria na repartição dos nutrientes; melhor ajuste da quantificação de nutrientes a fornecer de acordo com as necessidades reais das plantas.

A qualidade da água de rega é importante para o solo e para as cul-

turas. Em muitos casos as águas contêm quantidades consideráveis de substâncias dissolvidas, a que chamamos sais. A natureza e a concentração desses sais determinam a qualidade da água e influencia o solo e a cultura.

O conhecimento prévio da qualidade da água é fundamental já que algumas espécies de plantas são mais sensíveis que outras à presença de alguns sais. Por outro lado o excesso de elementos nutritivos principalmente o azoto (nitratos), o cálcio e o magnésio, fornecem nutrientes às culturas e devem ser tidos em consideração nos cálculos de fertilização.

A análise química e microbiológica deve ser feita periodicamente. A primeira tem mais importância no que diz respeito ao efeito da água no solo e na cultura. A segunda condiciona a qualidade do alimento, principalmente no caso de legumes consumidos em fresco.

A colheita da amostra é bastante importante, para que os dados obtidos sejam fiáveis e não induzam a erros.

Consideram-se como elementos essenciais aqueles elementos que ou são indispensáveis para que a planta complete o seu ciclo vegetativo, ou desempenham na planta funções específicas, ou estão envolvidos no metabolismo da planta.

Incluem-se neste grupo os elementos, azoto, fósforo, potássio, cálcio, magnésio, enxofre, ferro, manganésio, zinco, cobre, boro, molibdénio e cloro. Os elementos carbono, oxigénio e hidrogénio embora sejam também essenciais, não são normalmente considerados na nutrição vegetal.

Os macronutrientes principais incluem os elementos nutritivos azoto, fósforo e potássio, os quais, de um modo geral são os principais a incluir numa fertilização.

Os macronutrientes secundários incluem os elementos cálcio, magnésio e enxofre.

Os micronutrientes (elementos ferro, manganésio, zinco, cobre, boro, molibdénio e cloro), podem causar fitotoxicidade quando absorvidos pelas plantas em quantidades superiores a determinados limites, pelo

que a nível de fertilização poderão fazer com que ocorram deficiências ou excessos.

O azoto é o nutriente que mais frequentemente limita a produção das culturas. É necessário na formação das proteínas e no bom desenvolvimento da área foliar e um dos elementos que faz parte a clorofila e intervém no crescimento vegetativo, na formação das flores e dos frutos. O fósforo é determinante na multiplicação celular e daí a sua importância no desenvolvimento radicular, na qualidade da floração e no vingamento do fruto. Por vezes em muitos solos apresenta dificuldade em ser fornecido às plantas, uma vez que as formas solúveis, por exemplo fornecidas pelos fertilizantes reagem no solo e são transformadas em formas insolúveis.

O potássio actua nos processos de assimilação, respiração e movimento da água da planta. O grande consumo de potássio inicia-se com o crescimento do fruto. Encontra-se em grande parte no solo sob formas não assimiláveis pelas plantas, uma pequena percentagem encontra-se

Classificação dos teores do solo em fósforo (P₂O₅), potássio (K₂O) e magnésio (Mg)

Parâmetro	Classes de Fertilidade (ppm) (1 ppm = 1 mg/kg)				
	Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
P ₂ O ₅	≤ 25	26 – 50	51 – 100	101 – 200	> 200
K ₂ O	≤ 25	26 – 50	51 – 100	101 – 200	> 200
Mg	≤ 30	31 - 60	61 - 90	91 - 125	> 125

cit in LQRARS, 2000

Classes de fertilidade para os micronutrientes ferro (Fe), manganês (Mn), zinco (Zn) e cobre (Cu)

Parâmetro	Classes de Fertilidade (ppm)				
	Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
Ferro (Fe)	≤ 10	11 – 25	26 – 40	41 – 80	> 80
Manganês (Mn)	≤ 7	8 – 15	16 – 45	46 – 100	> 100
Zinco (Zn)	≤ 0,6	0,7 – 1,4	1,5 – 3,5	3,6 – 10	> 10
Cobre (Cu)	≤ 0,3	0,4 – 0,8	0,9 – 7,0	7,1 - 15	> 15

cit in LQRARS, 2000

adsorvida no complexo de troca e outra, ainda menor, dissolvida na solução do solo. Estas duas últimas formas constituem o chamado potássio assimilável.

O cálcio intervém nos fenómenos da respiração e da maturação, promove a firmeza dos frutos e origina uma melhor conservação.

O magnésio é um elemento que a planta utiliza em pequenas quantidades, mas é muito importante porque entra na composição da clorofila.

O cálcio e o magnésio encontram-se adsorvidos no complexo de troca.

Quando o teor de sais solúveis no solo é muito elevado, as plantas têm dificuldade em se desenvolver e produzir. Embora vulgarmente se atribuam apenas aos cloretos e ao sódio os problemas de salinidade, deve-se ter presente que todos os sais solúveis, como nitratos, sulfatos, etc, acompanhados pelos respectivos catiões,

contribuem para a salinidade do solo. A avaliação do teor de sais no solo é geralmente efectuada através da medição da condutividade eléctrica (CE) que é expressa em mS/cm ou mmhos/cm a 25°C.

Para decidir sobre as quantidades dos nutrientes a aplicar, é essencial conhecer, para além do estado de fertilidade do solo, as quantidades de nutrientes que são vinculadas pela água de rega, sendo necessária a sua análise.

Para a realização de uma fertilização racional a AJAP dispõe de meios técnicos com conhecimentos para a recomendação de fertilizações nas várias culturas.

Este trabalho inicia-se com o apoio técnico na colheita das diversas amostras que servirão de base às recomendações de fertilização, passando pelo apoio no envio das amostras para laboratórios acreditados e com os quais a AJAP dispõe

de protocolos no sentido de beneficiar os nossos associados com descontos em relação ao preço de tabela.

Bibliografia

- Dias, J. C. S. (2000) A fertilização e a qualidade dos produtos alimentares de natureza vegetal. Investigação Agrária N.º 2
- INIA (2000). Manual de fertilização das culturas. INIA – Laboratório Químico Agrícola Rebelo da Silva, Lisboa
- MADRP (1997). Código das Boas Práticas Agrícolas. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas, Lisboa.
- Santos, J. Quelhas (1991). Fertilização – fundamentos da utilização dos adubos e correctivos. Publicações Europa-América, Lda.
- Santos, J. Quelhas (2001). Fertilização & Ambiente – reciclagem agro-florestal de resíduos e efluentes. Publicações Europa-América, Lda.
- Santos, J. Quelhas (2002) Produção de correctivos orgânicos a partir de resíduos sólidos urbanos: sua importância para a agricultura nacional. Revista de Ciências Agrárias.
- ALCOBIA, M. D.; Ribeiro, R. J. (2001) – Manual do Olival em Agricultura Biológica. Edição Terra Sã. Lisboa
- CARDOSO, C. J.V. J. (1965) - Os Solos de Portugal, Sua Classificação, Caracterização e Génese. Secretaria Estado de Agricultura, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas. Lisboa
- JUNTA DE ESTREMADURA, CONSEJERIA DE AGRICULTURA Y COMERCIO (1992) – Interpretacion de Analysis de suelo, Foliar e Agua de Riego.
- Calouro, Fátima. Alguns Aspectos da Fertilização Racional de Pomóideas. INIA – Laboratório Químico Agrícola Rebelo da Silva.
- Rosas, Cátia (2005). Fertilização Racional de Culturas. Confagri

Classes de salinidade do solo e reacção das culturas aos sais

Classificação do solo	Reacção das culturas	Condutividade eléctrica ms/cm a 25°C
Não salino	Sem problemas	< 0,40
Solo muito pouco salino	Culturas muito sensíveis aos sais podem ser afectadas	0,41 - 0,80
Solo pouco salino	Culturas sensíveis aos sais podem ser afectadas	0,81 – 1,60
Solo moderadamente salino	Só culturas tolerantes aos sais atingem produções aceitáveis	1,61 – 2,40
Solo fortemente salino	Só culturas muito tolerantes aos sais atingem produções aceitáveis	2,41 – 3,20
Solo muito fortemente salino	Só algumas culturas altamente tolerantes aos sais atingem produções aceitáveis	> 3,20

Agro

2008

Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação
International Trade Fair for Agriculture, Cattle Breeding & Food

12 a 16
de Março

12 - 16 March

Horário do Certame

12 e 13 de Março: das 10h00 às 19h00

14 e 15 de Março: das 10h00 às 23h00

16 de Março: das 10h00 às 19h00



PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE BRAGA

PORTUGAL



Jornadas Técnicas

No seguimento de um conjunto de eventos que a AJAP se encontra a desenvolver no âmbito da comemoração dos seus 25 anos surgem as primeiras Jornadas Técnicas que terão lugar em Alfândega da Fé nos dias 22 e 23 de Fevereiro.

A importância dedicada ao evento reflecte a estratégia da AJAP que consiste numa aposta de continuidade da formação dos seus quadros internos, bem como promover iniciativas tendentes a minimizar o preocupante fenómeno da desertificação, facto patente na seriação de uma cidade do interior do nosso País para o desenvolvimento das Jornadas.

Na realidade, a presença de diversas individualidades da Região, envolvendo elementos da Direcção da AJAP proporcionará um espaço de reflexão acerca das principais linhas de actuação visando contra-



riar a desertificação física e humana, bem como perspectivar o futuro do movimento associativo agrícola – essencial para a dinâmica do espaço rural.

Alguns dos temas a abordar nas

Jornadas Técnicas prendem-se com a Certificação de Produtos obtidos em Modo de Produção Integrado e Modo de Produção Biológico, para além da apresentação de uma nova estratégia organizacional.

COMERCIAL QUÍMICA MASSÓ S.A.

A chave do sucesso para as suas culturas



Disponível no seu fornecedor habitual

SIRCA: RECOLHA

Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 142/2006 iniciou-se no dia 02/01/2008 a recolha dos ovinos/caprinos mortos nas explorações localizadas nos seguintes concelhos:

Distrito de Aveiro

Aveiro, Espinho, Ílhavo, Murtosa, Ovar, Vagos;

Distrito de Braga

Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde, Vizela;

Distrito de Bragança

Bragança, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso, Vinhais;

Distrito de Coimbra

Cantanhede, Figueira da Foz, Mira;

Distrito do Porto

Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia;

Distrito de Viana do Castelo

Todos os Concelhos;

Distrito de Vila Real

Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena.

Assim, passam a estar abrangidos pelo SIRCA O/C - Zona Norte, todos os concelhos dos Distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Porto, Viana do Castelo e Vila Real.

Deste modo, os detentores/criadores de ovinos/caprinos deverão comunicar, por via telefónica, todas as mortes dos ovinos/caprinos ocorridas nas suas explorações para que se proceda rapidamente à recolha dos respectivos cadáveres.

O Centro de Atendimento Telefónico do SIRCA Ovinos/Caprinos - Zona Norte do Tejo, com o número 256 872 000 funciona ininterruptamente durante um período de 12 horas (08:00 - 20:00), todos os dias da semana, inclusivé aos fins-de-semana e feriados.

Postos de Atendimento do SNIRB/SNIRA

CONCELHOS	POSTOS DE ATENDIMENTO DO SNIRB/SNIRA	TELEFONE
Alenquer	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alenquer	263 711 012
Alfândega da Fé	Ass. de Prod. Agro-Florestais da Terra Quente-AGRIARBOL	279 462 682
Amarante	Associação de Agricultores de Ribadouro	255 431 403
Ansião	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ansião	236 679 037
Bragança	Ass. para o Des. Agrícola e Rural da Terra Fria - Monteval	273 327 037
Elvas	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Caia	268 626 668
Cuba	Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo	284 414 140
Lisboa	AJAP - Lisboa	213 244 970
Lousada	Centro de Gestão Agrícola de Vale de Sousa	255 913 305
Macedo Cavaleiros	Ass. de Prod. Agro-Florestais da Terra Quente-AGRIARBOL	278 421 698
Mértola	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mértola	286 612 057
Mogadouro	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro	279 341 650
Moita	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Moita	212 896 629
Portel	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Portel	266 612 636
Salvaterra de Magos	Balcão Rural de Foros de Salvaterra	263 501 500
Sendim	Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Sendim	273 739 166
Sousel	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Sousel	268 551 458
Valongo	Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Valongo	224 219 160
Vila do Conde	Gab. de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho	252 661 740
Vinhais	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo	278 369 348

Jovens Agricultores preocupados com a competitividade da agricultura europeia



A AJAP participou no seminário do Conselho Europeu dos Jovens Agricultores (CEJA) subordinado ao tema “Assegurar a Competitividade dos Jovens Agricultores – Como pode a futura PAC ajudar”, que decorreu entre 7 e 10 de Fevereiro em Odense, Dinamarca, e contou com a presença de Mariann Fischer Boel – Comissária para a Agricultura e Desenvolvimento Rural.

A delegação da AJAP reforçou a sua presença pela participação de um Jovem Agricultor – José Martins – que analisou o impacto de três possíveis cenários evolutivos da PAC na sua exploração especializada em floricultura.

A salientar das conclusões do seminário e presentes na declaração do CEJA os aspectos essenciais resultantes de

discussões e dos grupos de trabalho para incrementar a competitividade dos Jovens Agricultores, a saber:

■ **Cooperação entre os agricultores e instituições**

Se quisermos manter a estrutura de pequena dimensão das explorações europeias resultante do seu território mas que mantém as zonas rurais vivas, evitando que todo o sector agrícola fique concentrado nas grandes explorações, temos que assegurar a colaboração entre todos os agricultores. As cooperativas ou outras formas de colaboração entre os actores da cadeia alimentar são formas de melhorar a situação e controlar o processo de venda dos seus produtos.

■ **Novos instrumentos para a gestão de riscos e crises no sector agrícola**

O CEJA considera essencial a existência de um mercado interno eficiente para tornar a Agricultura Europeia competitiva, importa que a Comissão Europeia divulgue de forma clara as futuras regras das Organizações Comuns de Mercado para permitir aos agricultores organizarem-se. Estas regras têm de garantir a segurança alimentar bem como a transparência, preços razoáveis para os consumidores e mais possibilidades de desenvolvimento e rendimento para os Jovens Agricultores.

O CEJA ressalta a necessidade de serem criadas medidas reais de gestão de crises no sector como complemento para outros instrumentos de mercado.

■ **Rotulagem e preferência europeia**

A rotulagem fornece aos consumidores mais informação, no entanto a indicação da origem não é compatível nem com as regras da UE nem com as da OMC. A correlação entre pessoas e locais tem de ser estabelecida e o

conceito de qualidade aprofundado e não alargado, pelo que o CEJA defende activamente a rotulagem com indicação da origem dos produtos ligando-os ao território onde são produzidos. Isto permitiria transmitir a diversidade de produtos numa abordagem orientada para o mercado.

■ **Comércio livre e a questão da transparência do mercado**

Num mundo globalizado qualquer produto importado de outro país e transformado na Europa pode ser considerado europeu. Isto não é justo para os consumidores e o CEJA enfatiza a importância da indicação da origem em todos os produtos agrícolas, bem como a origem de todos os ingredientes nos produtos transformados por forma a criar uma realidade de total transparência tanto para o produtor como para o consumidor. Esta pretensão dos Jovens Agricultores identifica-se com o novo 3.º pilar da PAC reformada: transparência. A PAC precisa de transparência para conseguir assegurar competitividade livre e justa nos mercados interno e externo.

■ **Maior ligação entre a investigação o sector agrícola**

Para assegurar a competitividade do sector é necessária uma maior ligação com a investigação. Até à data, a abordagem científica e teórica dos problemas agrícolas e a realidade prática do sector têm andado longe uma da outra. Os resultados das pesquisas não chegam às explorações e os investigadores não estão muitas vezes conscientes das reais necessidades dos agricultores. O CEJA acredita que a estreita colaboração entre os dois sectores deve ser intensificado para tornar a agricultura europeia mais atractiva e competitiva no mercado mundial.

LEGISLAÇÃO

PRODER

1/7/08

D.R. n.º 4, Série I

Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2008

Cria a estrutura de missão para o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER) e revoga a Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2007, de 21 de Agosto

1/4/08

D.R. n.º 3, Série I

Decreto-Lei n.º 2/2008,

Define o modelo da governação dos instrumentos de programação do desenvolvimento rural para o período 2007-2013, financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, e estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de gestão, controlo, informação, acompanhamento e avaliação dos referidos instrumentos

Ajudas

1/31/08

D.R. n.º 22, Série II, Suplemento

Listagem n.º 23-A/2008

Divulgação pública das ajudas, prémios e subsídios pagos pelo INGA entre 15 de Fevereiro e 31 de Dezembro de 2006

Vitivinicultura

1/29/08

D.R. n.º 20, Série II

Aviso n.º 2281/2008

Valores da taxa de certificação a cobrar no ano de 2008 pela Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes

1/29/08

D.R. n.º 20, Série II

Aviso n.º 2280/2008

Valores da taxa de certificação a cobrar no ano de 2008 pela Comissão Vitivinícola Regional da Bairrada

1/29/08

D.R. n.º 20, Série II

Aviso n.º 2279/2008

Valores da taxa de certificação a cobrar no ano de 2008 pela Comissão Vitivinícola Regional de Trás-os-Montes

1/29/08

D.R. n.º 20, Série II

Aviso n.º 2278/2008

Valores da taxa de certificação a cobrar no ano de 2008 pela Comissão Vitivinícola Regional Algarvia

1/10/08

D.R. n.º 7, Série II

Despacho n.º 1185/2008

Prorrogação do prazo do controlo da produção e comércio e de certificação de produtos vitivinícolas

1/7/08

D.R. n.º 4, Série II

Aviso n.º 378/2008,

Valores da taxa de certificação a cobrar em 2008 pela Comissão Vitivinícola Regional da Estremadura.

Fitofarmacêuticos

1/24/08

D.R. n.º 17, Série I

Decreto-Lei n.º 16/2008

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de Setembro, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.os 2007/40/CE e 2007/41/CE, da Comissão, de 28 de Junho, relativas ao reconhecimento de zonas protegidas na Comunidade expostas a riscos fitossanitários específicos

Diversos

1/11/08

D.R. n.º 8, Série I

Portaria n.º 36/2008

Altera a Portaria n.º 1202/2004, de 17 de Setembro, que estabelece as regras nacionais complementares relativas ao 1.º ano de aplicação do regime do pagamento único, previsto no título iii do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, do Conselho, de 29 de Setembro, bem como nos Regulamentos (CE) n.º 795/2004 e n.º

796/2004, ambos da Comissão, de 21 de Abril

1/11/08

D.R. n.º 8, Série I

Portaria n.º 35/2008

Altera a Portaria n.º 967/98, de 12 de Novembro, que estabeleceu as regras de aplicação do regime de reconhecimento das organizações interprofissionais, previsto na Lei n.º 123/97, de 13 de Novembro

2007.12.20

D.R. n.º 245, Série I

Portaria n.º 1609/2007

Extingue o Fundo de Apoio à Produção da Batata-Semente

2007.12.19

D.R. n.º 244, Série II,

Aviso n.º 25117/2007

Reconhecimento da SGS Portugal, S. A., como organismo de controlo para produção integrada

2007.12.19

D.R. n.º 244, Série II

Aviso n.º 25116/2007.

Reconhecimento da SGS Portugal, S. A., como organismo de controlo para modo de produção biológico

OGM

2007.12.20

D.R. n.º 245, Série I

Portaria n.º 1611/2007

Altera a Portaria n.º 904/2006, de 4 de Setembro, que estabelece as condições e o procedimento para o estabelecimento de zonas livres de cultivo de variedades geneticamente modificadas

Gabinetes de Apoio Jovem Agricultor

- 1** Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (sede)
Rua D. Pedro V, 108 - 2.º Andar, 1269 - 128 Lisboa, Tel.: 213 244 970
- 2** Gabinete de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho
Rua do Convento, 21, 4485 - 662 Vairão (Vila do Conde), Tel.: 252 661 740
- 3** Associação Portuguesa de Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural
Praça General Barbosa, n.º 85, 1.º, Sala 3, 4900-347 Viana do Castelo. Tel.: 258 847 101
- 4** ADREM - Associação para o Desenvolvimento Regional do Vale do Minho
Praça da República, Edifício dos Correios, 1.º Direito, 4950-260 Monção, Tel.: 251 654 335
- 5** Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Concelho de Valongo
Rua D. Pedro IV, N.º 615-625, Susão, 4440 - 633 Valongo, Tel.: 224 219 160 / 224 220 089
- 6** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Baião
Ed. Adegas Coop., Quintela - Govê, 4640 - 272 Govê (Baião), Tel.: 255 552 945
- 8** Centro de Gestão Agrícola de Vale do Sousa
Av. dos Combatentes da Grande Guerra, Ed. Lousator, 4620 -141 Lousada,
Tel.: 255 913 305
- 13** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Guimarães
Rua da Boavista, Quintá de Cima - Prazins, 4801 - 910 Guimarães, Tel.: 253 473 411
- 14** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Basto
Praça Albino Alves Pereira, 4890 - 225 Celorico de Basto, Tel.: 255 320 480
- 15** Associação de Agricultores de Ribadouro
Av. Gen. Vitorino Laranjeira, Ed. Golfinho,
Lj S, S. Gonçalo, 4600-018 Amarante, Tel.: 255 431 403
- 16** Centro de Gestão Agrícola de Barcelos
Rua Dr. José Ant.º Peixoto Machado, 400, BL. A, Loja 1,
4750 - 309 Barcelos, Tel.: 253 824 543
- 17** Gabinete de Coordenação Regional de Trás-os-Montes
Rua dos Camilos (Casa do Douro), 5054 - 909 Peso da Régua, Tel.: 254 322 502
- 19** Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Sendim
Av. do Ciclo, Edifício da Junta de Freguesia,
5225 - 101 Sendim, Tel.: 273 739 166
- 20** Assoc. para o Desenvolvimento Agrícola e Rural da Terra Fria - Monteval Av. 22 de Maio,
Lote 3, R/C, B.º Forte S. João de Deus, 5300 - 449 Bragança, Tel.: 273 327 037
- 21** Centro de Gestão da Empresa Agrícola do Alto Douro
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070 - 045 Alijó,
Tel.: 259 950 532
- 22** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo Av. do Brasil, N.º 8, 1º,
5335 - 102 Rebordelo, Tel.: 278 369 348
- 23** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro
Av. do Sabor, 41, Lote 2, 5200 - 204 Mogadouro,
Tel.: 279 341 650
- 24** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Saldanha
R. Fonte do Paço, Ed. Maria da Fonte - 2º, Esc. 2, 5340 - 268 Macedo de Cavaleiros,
Tel.: 278 425 756
- 25** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Alfândega da Fé Av. Sá Cameiro, 5350 - 005
Alfândega da Fé, Tel.: 279 463 205
- 27** Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé
Av. Eng.º Camilo Mendonça, N.º 287, 5350 - 001 Alfândega da Fé, Tel.: 279 462 417
- 28** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alijó
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070 - 045 Alijó, Tel.: 259 950 042
- 29** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Armamar
Av. 8 de Setembro, CV - G, 5110 - 121 Armamar, Tel.: 254 855 960
- 30** Centro de Gestão Agrícola da Beira Douro – Associação
- 31** Gabinete de Apoio Agrícola
Rua da Fonte do Paço, Edifício Maria da Fonte, 1.º C - 3,
5340 - 268 Macedo de Cavaleiros, Tel.: 278 425 737
- 32** Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente
Av. Inf. D. Henrique, Ed. Translande 2º, Esc. 12, 5340-204 Macedo de Cavaleiros,
Tel.: 278 421 698
- 33** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Valpaços
Largo da Feira, Edifício Sol Nascente, Loja 2, 5430 Valpaços, Tel.: 278 711 421
- 34** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Macedo de Cavaleiros
R. Fonte do Paço, Ed. Translande, R/C, Lj. 33, 5340-268 Macedo de Cavaleiros
- 35** Gabinete de Coordenação Regional da Beira Interior
Av. 25 de Abril, 151, 6440 - 111 Figueira de Castelo Rodrigo, Tel.: 271 312 139
- 38** Gabinete de Coordenação Regional da Beira Litoral
Centro Comercial e Residencial da Curia, Bloco O, Escritório 54, 3781-541 Tâmengos,
Tel.: 231 525 315
- 39** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa Agrícola de Nelas
Av. da Liberdade, 3520 - 061 Nelas, Tel.: 232 949 539
- 40** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ansião
Lugar de Lagoa Parada, 3240 - 673 Santiago da Guarda, Tel.: 236 679 037
- 41** Cooperativa Agrícola da Beira Agueira
Ed. Centro de Inic. Empresariais, Pq. Ind. Mel L. Ferreira, Lt. 12,
3450-232 Mortágua, Tel.: 231 927 470
- 42** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Anadia Rua da Gatanha, Monsarros,
3780 - 563 Vila Nova de Monsarros
- 44** Gabinete de Coordenação Regional do Ribatejo e Oeste
Esc. Sup. Agrária de Santarém, Q.ta do Galinheiro,
2001-904 Santarém, Tel.: 243 352 916
- 45** Cooperativa Agrícola da Serra d'El Rei
Rua 4 de Agosto, N.º 50, 2525-814 Serra d'El Rei, Tel.: 262 909 426
- 46** Balcão Rural de Abrantes
Rua D. Lopo de Almeida, Lote 81, R/C Dto., 2200 - 281 Abrantes,
Tel.: 241 366 806
- 47** Balcão Rural de Foros de Salvaterra
Rua Imaculado Coração de Maria, N.º 179, 2120 - 188 Foros de Salvaterra,
Tel.: 263 501 500
- 49** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alenquer
Quinta de S. Paulo, Carapinha, 2580 - 377 Alenquer, Tel.: 263 711 012
- 50** Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo
Bairro Novo da Bica, Edif. da Pré-Primária, 7940 Cuba, Tel.: 284 414 140
- 51** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mértola
Casal Ventoso, Lote I-9, 7750 Mértola, Tel.: 286 612 057
- 52** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Sousel
Rua da Amêndoa, N.º 13, 7470 - 230 Sousel, Tel.: 268 551 458
- 53** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Moura
Rua 5 de Outubro, N.º 32, 7860-013 Moura, Tel.: 285 254 775
- 54** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Borba
Rua Convento das Servas, 7150 - 164 Borba, Tel.: 268 841 547
- 57** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Odemira
Rua Eng.º Arantes e Oliveira, 5, 7630 - 149 Odemira, Tel.: 283 327 227
- 58** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Portel
Edifício da Cooperativa Agrícola de Portel, Rua do Grupo Coral de Cantares Regionais de Portel,
20, 7220-407 Portel, Tel.: 266 612 636
- 60** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Serpa
Rua do Rossio, N.º 82, 7830-371, Tel.: 284 544 655
- 61** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Caia
Horta do Belhó, 7350-903 Elvas, Tel.: 268 626 668
- 62** Gabinete de Coordenação Regional do Algarve
Antiga Escola da Sambada, Sítio de Lagos e Relvas, 8000-673 Estoi Tel.: 289 994 581
- 63** FRUSOAL- Frutas Sotavento Algarve
Sítio das Cevadeiras, EN 125, 8900-907 Vila Nova de Cacela Tel.: 281 950 400